

REINVENTAR A CRÍTICA DA VIDA COTIDIANA NA METRÓPOLE CONTEMPORÂNEA: OS SENTIDOS DA AÇÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Mateus Viriato¹

mateusviriato@gmail.com

RESUMO

Este texto apresenta uma análise geográfica crítica e renovada da vida cotidiana na metrópole contemporânea tendo em vista os principais pontos críticos que caracterizam a condição espacial da vida cotidiana na cidade do Rio de Janeiro – e que, por sua vez, constituem limitações para a organização comunitária da sociedade carioca – busca-se apresentar algumas tensões e contradições que se instauram entre as variadas formas de comunitarismo dos grupos sociais. Considerando a relevância do cotidiano como uma dimensão-chave para a compreensão dos sentidos da ação social, este artigo pretende desvendar os sentidos que giram em torno da ação comunitária na cidade do século XXI.

Palavras-chave: Geografia, cotidiano, ação comunitária.

**REINVENTING THE CRITICISM OF DAILY LIFE IN THE CONTEMPORARY METROPOLIS:
THE DIRECTIONS OF COMMUNITY ACTION IN THE CITY OF RIO DE JANEIRO.**

ABSTRACT

This paper presents a critical and renewed geographical analysis of everyday life in the contemporary metropolis. In view of the main critical points that characterize the spatial condition of everyday life in the city of Rio de Janeiro - which, in turn, constitute limitations for community organization of Rio de Janeiro society - it seeks to present some tensions and contradictions that are established between the various forms of communitarianism of social groups. Considering the relevance of daily life as a key dimension for understanding the meanings of social action, this article aims to unveil the meanings that revolve around community action in the 21st century city.

Keywords: Geography, daily life, community action.

¹ Mestrando em Geografia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Considerações iniciais:

Este breve ensaio sobre os sentidos da ação comunitária na vida cotidiana da metrópole contemporânea é fruto de uma inquietação pessoal deste autor em relação aos desafios existentes para a construção do espaço comum na atual condição espacial das cidades do século XXI. Nos marcos do processo de metropolização, referimo-nos ao contexto crítico de contenção e fragmentação territorial que se generalizou mundo afora, engendrado e vivido nas desventuras do cotidiano urbano-metropolitano. Um cotidiano que, independente do bairro ou do município onde se desenrola a vida, está repleto de entraves, limitações e contradições que dificultam a efetivação de uma organização genuinamente comunitária do espaço.

Destarte, temos como ponto de partida da análise um espaço-tempo determinado: o momento presente da vida cotidiana na cidade do Rio de Janeiro. Esta cidade das incertezas, amplamente fragmentada e mercadificada, na qual os movimentos de segregação e privação são cada vez mais latentes no cotidiano social. É neste cenário que buscaremos não apenas apontar as condicionantes que dificultam o desenvolvimento da ação comunitária, mas também desvendar os sentidos desta ação na trama cotidiana. Assim, este texto tem como objetivo iluminar os diferentes tipos de comunitarismo que hoje emergem das práticas espaciais dos atores e agentes da sociedade, isto é, das variadas mobilizações da sociedade.

Entretanto, é interessante perceber que a problemática cotidiana da urbe carioca não se encerra em seus próprios limites político-administrativos, pois é constituída por elementos e processos espaciais que se reproduzem globalmente e já se verificam em curso nas mais diversas cidades do planeta. Nesse sentido, devemos considerar que a crítica à vida cotidiana que se segue ilumina uma condição espacial transescalar, que transcende as fronteiras do local onde nos situamos e se faz válida para a totalidade do espaço urbano-metropolitano.

Nesta direção, estamos a teorizar sobre a condição cotidiana da metrópole contemporânea, onde tudo se hibridizou – o local e o global, o novo e o antigo, o público e o privado, o lazer e o negócio... – e também ganhou novos ritmos e significações. Onde a própria vida cotidiana metamorfoseou-se a tal ponto que

sua espacialidade concreta parece adquirir um novo patamar de complexidade. Sob esta perspectiva, ao considerarmos as múltiplas transformações engendradas pelo processo de metropolização do espaço, é possível constatar que atualmente vivemos um período de profundas mudanças das relações sociais nas metrópoles. Um movimento de transição acelerada de hábitos e costumes da sociedade, que refletem a atualização das formas, funções e da estrutura geral do espaço metropolizado.

Logo, já não basta reafirmar que há uma erosão dos laços comunitários nas cidades, é preciso reconhecer que este processo se requalificou e assumiu outros contornos nas décadas recentes. Acrescentamos que atualmente há uma ressignificação dos laços comunitários em larga escala, a partir de novos contextos de ação sob os quais as comunidades se formam na vida cotidiana. Novos sentidos de organização comunitária ganham cena: por um lado, aquelas forjadas em função da defesa da propriedade privada, que oferecem restrições à interação social e que dão sustento à reprodução da ordem espacial hegemônica; por outro, aquelas que se vinculam ao direito de uso e ocupação do espaço público e insurgem contra a dominação do Estado e das grandes corporações capitalistas, oferecendo resistência ao modelo territorial que está posto.

Nesse sentido, seria mais preciso afirmar que existem centenas de experiências comunitárias, com orientações diversas, se fazendo e a se fazer no momento presente da metrópole. Seja no sentido de alimentar a dominação ou a apropriação do espaço, as comunidades assumem sentidos opostos e confrontam no cotidiano seus projetos de mundo. Desta maneira, tais arranjos comunitários promovem territorializações muito distintas na cidade contemporânea e seguem (re)produzindo o seu espaço diante das contradições que se colocam entre o público e o privado, entre a fugacidade e a permanência, entre a urgência e a utopia.

Desse modo, a estrutura desta reflexão teórica se divide em três momentos centrais de análise: no primeiro, intitulado “Por uma Geografia do cotidiano (e da ação) na cidade do século XXI”, abordamos a importância da Geografia para o estudo da vida cotidiana na metrópole contemporânea e a relevância do cotidiano como uma dimensão-chave para a compreensão dos sentidos da ação social na cidade; no segundo momento, intitulado “O

cotidiano urbano-metropolitano e os desafios da ação comunitária na cidade do Rio de Janeiro”, apresentamos de maneira sintética os principais pontos críticos que caracterizam a condição espacial da vida cotidiana nesta metrópole e que, por sua vez, constituem limitações para a organização comunitária da sociedade carioca; e por fim, no terceiro momento, intitulado “A ação comunitária ao encontro e de encontro à ordem espacial hegemônica”, sinalizamos algumas tensões e contradições que se instauram entre as variadas formas de comunitarismo e que giram em torno da ação comunitária na cidade contemporânea.

Portanto, através de um olhar geográfico atento e sensível, buscaremos nas tramas do cotidiano traçar e renovar algumas críticas à atual reprodução do espaço das cidades. Bem como, questionar qual a essência do “comunitarismo” que hoje aflora deste processo de reprodução, ou quais seriam os sentidos de ação coletiva num contexto de contenção territorial, desengajamento político e privação social. Nesse sentido, pretendemos também desmistificar algumas certezas que pairam sobre o estatuto do “comunitário” nos tempos atuais, contribuindo para uma construção teórica mais profunda sobre as (im)possibilidades do espaço comum na metrópole contemporânea.

Por uma Geografia do cotidiano (e da ação) na cidade do século XXI:

Há pouco mais de meio século atrás, quando o filósofo francês Henri Lefebvre apresentava uma crítica à vida cotidiana da sua época, não foram muitos os geógrafos que perceberam a gravidade social da condição espacial que ele denunciava em seus escritos. Temas como o individualismo, o paradigma da propriedade privada, a tecnocracia dos poderosos, a opressão do ordenamento estatal e a difusão de símbolos espaciais dominantes apontavam, em seu conjunto, para o movimento generalizado de alienação da vida como um todo. Nos marcos da urbanização completa da sociedade, Lefebvre (1968) havia sintetizado as amarguras da vivência de um cotidiano programado e banalizado, repleto de representações mistificadoras do real e que tendia a se reproduzir mundialmente.

Desde então, cinquenta anos se passaram, e a crise da vida cotidiana não apenas se globalizou, mas ganhou novas dimensões e se aprofundou em milhares de cidades. Evidentemente, o mundo mudou demasiadamente de lá para cá e o atual cotidiano urbano-metropolitano apresenta uma problemática espacial que se diferencia bastante daquela do cotidiano urbano do século passado. Nesse sentido, é bem verdade que estamos vivenciando uma nova era do cotidiano na experiência da modernidade, que se materializa numa espacialidade nova, a partir de novos ritmos, conteúdos e representações sociais.

No entanto, ao retomarmos as críticas formuladas por Lefebvre (1968) é possível perceber que – apesar delas se situarem num contexto espaço-temporal anterior ao nosso, nos moldes de uma sociedade burocrática de consumo dirigido – todo o seu pensamento crítico se constrói também através do movimento teórico de projeção da realidade. A dialética entre o real e o virtual está presente em cada uma das críticas lefebvrianas à vida cotidiana e é por isso que as mesmas se fazem tão atuais. Deste modo, Lefebvre (1968) foi capaz de criticar o presente mirando o futuro, isto é: desvendando nas práticas espaciais cotidianas que estavam em curso um jogo de forças econômicas, políticas, ideológicas e simbólicas que continham em si indícios do que viriam a ser a cidade e a vida cotidiana de hoje.

Diante da possibilidade de se pensar a cidade como objeto virtual, que se constitui a partir de momentos presentes no horizonte, captáveis a partir do modo como a cidade é vivida através dos usos do espaço, Lefebvre foi certo em suas projeções teóricas (CARLOS, 2017). Ao apresentar a crítica da individualidade (da consciência privada sobre a consciência pública), das mistificações (da consciência mistificada por mitos e representações que turvam a realidade), do dinheiro (do ser reconicionado pela necessidade de ter no dinheiro o meio necessário para a satisfação do reino de suas necessidades), ou mesmo do trabalho (do ser que despende seu tempo e energia numa condição de trabalho parcelar, rotineira e massiva, em detrimento de sua potência criativa), Lefebvre sabia que estes problemas tenderiam a se acentuar futuramente e não seriam resolvidos num curto prazo.

Logo, ao vislumbrarem a atualidade de suas críticas, muitos geógrafos passaram a dar atenção às questões levantadas por Lefebvre e a retomar a

leitura de seus escritos nas décadas recentes. Porém, apesar da repercussão dos três volumes da obra “A crítica da vida cotidiana” (1968), ainda são poucos aqueles que deram real valor ao potencial transformador desta postura crítica sobre a vida cotidiana. Menos ainda se deram conta de que a teoria lefebvriana do cotidiano é, sobretudo, uma teoria da ação social. Uma teoria contra-alienadora, na qual a superação dos mitos, das abstrações e das estratégias de opressão também se dá no plano do cotidiano.

Sob esta lógica, o cotidiano não é apenas o lugar da tragédia e da reificação, em que migramos de uma alienação para a outra, de forma sucessiva. O cotidiano é também a dimensão do possível-impossível: da urgência e da utopia, da tomada de consciência, da resistência contra a dominação, da subversão e da luta por outra vida. Pois é na vida cotidiana que se instauram os conflitos entre os diferentes ritmos e sentidos da prática social, nos quais se desvelam as reais intencionalidades dos sujeitos e o verdadeiro peso de suas ações. Sob esta perspectiva, seguindo os passos de Marx, Lefebvre não buscava a crítica pela crítica, mas sim entender a realidade para transformá-la. Por isso, a crítica da vida cotidiana é, sem dúvidas, uma necessidade de mudar de vida.

Dito isto, percebe-se a relevância do cotidiano como uma dimensão-chave para a compreensão dos sentidos da ação social na cidade do século XXI. Para uma Geografia interessada em pensar o movimento de produção do espaço – enquanto meio, condição e produto das relações sociais – torna-se mais do necessário inserir esta dimensão crítica e transformadora do cotidiano na análise da realidade. Dessa maneira, devemos valorizar a dimensão espacial do cotidiano, tal como uma categoria analítica interessante para o estudo do espaço urbano-metropolitano, no sentido de aproximar a teoria geográfica das reais paixões, ideais e intenções que movem as ações sociais.

Somente através do entendimento desse conteúdo geográfico do cotidiano poderemos compreender porque esta dimensão se apresenta, ao mesmo tempo, como uma condição para a ação e como uma estrutura de controle da sociedade, ou melhor, como um limite e um convite à ação social (SANTOS, 1996). Por isso, ressaltamos aqui a importância de construirmos uma Geografia do cotidiano na metrópole contemporânea, que por sua vez, seria também uma Geografia da ação social na cidade.

Nesta perspectiva, para os geógrafos elaborarem uma teoria propriamente geográfica do cotidiano seria preciso romper alguns dualismos e superar certos paradigmas científicos, bem como abrir diálogo com outras ciências que se abrem ao entendimento da dimensão cotidiana. Assim, através da soma de esforços analíticos, uma crítica geográfica da vida cotidiana recolocaria alguns desafios teóricos importantes a serem superados, tais como: o desafio de apreensão do presente (do espaço que se produz agora), o desafio de trabalhar com tensões dialéticas (o local-global e o público-privado, por exemplo) e o desafio de compreender os sentidos da ação (suas circunstâncias, projetos e intencionalidades).

Ao optarmos por este trajeto analítico, primeiramente, devemos buscar compreender as raízes dos processos que estão em curso na problemática cotidiana da cidade contemporânea. Se por muito tempo a Geografia estudou a cidade como uma “coisa”, através de modelos e esquemas de interpretação que tratavam o espaço como dado e acabado, hoje sabemos que a cidade é antes de tudo uma criação humana, uma produção social, ou melhor, uma “obra por excelência” (LEFEBVRE, 2008). E que, estando em movimento contínuo de produção, seu sentido social está sempre a se fazer num eterno devir.

No entanto, temos de reconhecer que a tarefa de estudar os processos, movimentos e conflitos espaciais que estão em curso no momento presente da cidade nunca foi um trabalho fácil para a Geografia. De certo modo, porque o presente sempre guarda múltiplas relações com o passado e com o futuro, que também precisam ser investigados com atenção, cada um a sua maneira. Mas principalmente, porque na metrópole contemporânea as conexões entre passado-presente e presente-futuro não são tão evidentes e lineares como imaginamos. Pelo contrário, atualmente tais relações espaço-temporais se encontram por demais mascaradas e ocultadas no solo do espaço urbano-metropolitano.

Segundo Ribeiro (2013), atualmente vivemos um presente superficializado que esconde suas relações com o passado e com o futuro. Seja diante da fugacidade dos projetos que estão em jogo ou da força das representações espaciais que hoje imperam nas cidades e que contribuem para apagar muitas histórias da nossa memória coletiva sobre o passado e para invisibilizar tantas

outras construções de futuro existentes e possíveis. Tal como coloca Santos (2007), a “razão indolente” – que enxerga a realidade de forma metonímica e que opera sobre o mundo de forma proléptica – já se disseminou pelos grupos de estadistas e capitalistas poderosos que planejam, investem e promovem as cidades mundo afora.

Hoje, são os portadores desta racionalidade indolente, supostamente “única, exclusiva, e que não se exercita o suficiente para poder ver a riqueza inesgotável do mundo”, que ditam os ritmos e sentidos da vida cotidiana (SANTOS, 2007). Santos (2007) critica como esta concepção imperante do espaço-tempo tem se materializado num enorme desperdício das experiências sociais que existem no momento presente. Para o autor, a razão indolente se manifesta de diferentes formas nas práticas dos atores hegemônicos, mas ele enfatiza especialmente duas: a razão metonímica e a razão proléptica.

A razão metonímica se define por uma racionalidade que facilmente toma a parte pelo todo, porque tem um conceito de totalidade feito de partes homogêneas, e nada do que fica fora dessa totalidade interessa. Isto é, a partir de uma ideia restrita de totalidade, esta racionalidade “contraí, diminuí, subtraí o presente” (Santos, 2007). A nosso ver, é interessante pensar nesta operação metonímica como processo cognitivo em relação à multiplicidade de sentidos do espaço e das práticas sociais existentes. De forma geral, as representações da totalidade do espaço urbano-metropolitano são reduzidas de acordo com a perspectiva de uma de suas partes, sendo assim filtradas pelas lentes e censuras de uma pequena parcela da realidade geral.

Deste modo, ao notarmos que a cidade contém diferentes ritmos da prática social, percebemos que ela é verdadeiramente composta por variadas temporalidades que coexistem e se articulam de forma sobreposta na vida cotidiana. Porém, ao mesmo tempo, esta diversidade de ritmos e tempos na cidade é ‘encolhida’ em apenas um tempo-ritmo de produção social do espaço, que se revela hegemônico ao ser imposto e aceito como o único possível para a o progresso civilizatório e para o desenvolvimento econômico.

Neste sentido, a partir da marginalização das temporalidades ‘avessas’ à temporalidade do sistema societário capitalista, o ritmo da metropolização (que acompanha o ritmo da reprodução capitalista) se consolida como parâmetro geral de todo os ritmos sociais existentes, como referência global e totalizante

do ritmo civilizatório (Souza, 2007). É com base neste referencial dominante de espaço e de tempo, que as representações espaciais hegemônicas estabelecem as ideias de 'avanço' e 'atraso', 'desenvolvido' e 'subdesenvolvido', 'sofisticado' e 'primitivo' ou de 'ordem' e 'desordem' no cotidiano social daqueles que vivem a cidade.

Já a razão proléptica, segundo Santos (2007), se realiza através da expansão infinita do futuro da sociedade sob a linearidade de um tempo ideal. Tal denominação se baseia no princípio da prolepse, uma figura literária que é recorrente em romances, na qual o narrador sugere claramente a ideia de que conhece bem o fim da trama, mas não vai contá-lo. A prolepse significa, portanto, reconhecer no presente a história futura. Santos (2007) afirma que a “nossa razão ocidental é muito proléptica, no sentido de que já sabemos qual é o futuro: o progresso, o desenvolvimento do que temos”. Logo, a multiplicidade de futuros possíveis na metrópole (engendrados em ritmos sociais diferentes) é reduzida à concepção unívoca do futuro como extensão hegemônica do presente, de maneira linear, como uma linha reta progressiva entre o passado e o futuro.

Logo, se hoje certos grupos agem, em nome da ordem e do progresso, no sentido de reduzir a riqueza cotidiana do presente (para ampliar o futuro de uma cidade negocial, mercadificada e fragmentada), o estudo geográfico do cotidiano atual deve ser, sobretudo, um estudo de ampliação deste momento presente. Sob esta perspectiva, uma Geografia do cotidiano urbano-metropolitano seria capaz valorizar os múltiplos contextos da ação, vínculos sociais e experiências latentes já existentes ou ainda por existir na cidade, mas que são continuamente invisibilizadas e descreditadas pelas representações espaciais hegemônicas e anuladas pelas estratégias territoriais dominantes.

Nesse sentido, para a ciência geográfica, a análise crítica da vida cotidiana se torna ainda mais rica e complexa quando buscamos captar a essência da ação social neste âmbito, a partir da concretude do cotidiano social. Não pretendemos aqui continuar reproduzindo hierarquias conceituais ou teóricas entre os diferentes tipos e formatos de mobilizações sociais, como se fossem mais ou menos relevantes para a transformação social, estando mais ou menos próximas da emancipação social. Pois se não correemos o risco de ignorar que toda ação carrega consigo uma potência transformadora e

podemos acabar valorizando certos movimentos em detrimento de outros, contribuindo para contrair ainda mais um presente já subtraído.

Primeiramente, se faz indispensável reconhecer que a ação social adquire diferentes pesos e significados dependendo do contexto espacial em questão. Considerando que as práticas da sociedade se realizam de acordo com a geometria assimétrica de poder da vida cotidiana, devemos apreender as circunstâncias espaciais e as intencionalidades que diferenciam os sentidos de cada ação social (MASSEY, 2008). Partindo da noção de que o espaço é meio, condição e produto do movimento de reprodução das relações sociais, seria interessante interpretar as ações da vida cotidiana como práticas que se realizam sob uma “estrutura-estruturada-estruturante”: uma estrutura social capitalista, referente ao modo societário no qual estamos atualmente inseridos, à própria organização da sociedade capitalista em nível mundial; que é estruturada por relações sociais passadas, como um produto das práticas espaciais que produziram o espaço ao longo do tempo histórico; e estruturante de relações sociais futuras, com poder de agência sobre os modos de agir que se engendram no momento presente do espaço urbano-metropolitano (FERREIRA, 2018).

Desse modo, torna-se possível articular diferentes escalas de ação no estudo geográfico da vida cotidiana, contextualizando as práticas sociais em meio às contradições estruturais do sistema capitalista que globalmente influem e se desdobram em contradições locais, com contornos específicos, envolvendo sujeitos de carne e osso. Este pensamento nos permite pensar as diferentes mobilizações sociais entre a universalidade e a particularidade, bem como conjugar como elas se diferenciam no cotidiano da metrópole a partir das tensões entre o global e o local, diante das relações que se constroem entre a ordem próxima e a ordem distante (LEFEVBRE, 2001). Como demonstra Massey (2008), há um sentido global em cada lugar da metrópole e nada se explica no aqui e agora, pois todas as ações têm uma história, partem de uma condição espaço-temporal determinada e resguardam relações com outros tempos e espaços.

Assim, considerando este complexo jogo de escalas de poder que diferenciam os sentidos da ação na vida cotidiana da cidade do século XXI, se torna pertinente trabalhar com a distinção entre atores e agentes no movimento

de produção do espaço, tal como trabalhado por Ferreira (2013). Segundo o autor, a opção destes termos é uma escolha teórico-metodológica que tem como horizonte a dimensão da ação social, do agir em sociedade. Tanto o ator quanto o agente se situam no plano da ação, no entanto são vários os traços que os distinguem no contexto da vida cotidiana.

Os atores estão ligados aos jogos de poder e tem como premissa a construção de estratégias de ação, com relativa autonomia e capacidade reflexiva na manipulação de seus atos. Por isso, suas práticas constroem encadeamentos sócio-políticos e se manifestam com grande impacto na produção do espaço urbano-metropolitano, alterando as relações de força no cotidiano. Já os agentes estão relacionados a uma relativa passividade no âmbito do agir, pois são passivos em relação à definição de transformações na cidade. Assim, o agente aparece como uma espécie de produto do sistema, participando da produção do espaço tal como um coadjuvante, de acordo com as formas e dispositivos que já estão postos e pré-estabelecidos para a ação.

Esta é uma distinção operacional para entender as dimensões da ação no cotidiano. Visto que há inúmeras possibilidades de ações, de acordo com os vários sujeitos da cidade – desde aqueles que sujeitam até os que estão sujeitados – a conceituação ator-agente ajuda a demarcar as diferentes maneiras de construção da ação social. Maneiras de agir muito desiguais, mas que constantemente entram em choque social (tanto no sentido de se complementar, quanto no de se opor) nas desventuras da vida cotidiana. Assim, tal como pontua Ribeiro (2005), a constituição de sujeitos plenos na definição de seus futuros está diretamente relacionada à condição espacial de outros que não conseguem desenvolver todas as suas potencialidades de agir.

No entanto, é pertinente ressaltar que no decorrer das situações do cotidiano, esta distinção entre atores e agentes não é tão simplória e nem tampouco permanente. A condição de ator ou agente é transitória e por vezes ambígua, pois se coloca sempre em função de um contexto de ação, em relação às circunstâncias espaciais no qual nós agimos. Tendo em vista tais apontamentos, dependendo da situação em que se insere, nem que seja por um curto espaço de tempo, um ator pode se tornar um agente e vice-versa. Logo, tais papéis sociais variam de acordo com as condições espaciais e

temporais desiguais da cidade nas quais nos vemos atuando e exercendo nosso poder de ação.

Desta forma, considerando estes breves pressupostos teóricos, estaremos aptos a construir os primeiros passos para uma Geografia do cotidiano (e da ação) na cidade do século XXI. Na qual a teoria geográfica sirva acima de tudo como ferramenta de apreensão, compreensão e inserção dos/nos ritmos da vida cotidiana. Nesta direção, pretendemos desvendar o pulsar social da metrópole, traçando pontes entre as diferentes mobilizações e organizações que compõem o espaço, em busca dos verdadeiros sentidos por detrás da ação social.

O cotidiano urbano-metropolitano e os desafios da ação comunitária no Rio de Janeiro:

Inserido no processo de globalização, o atual movimento de metropolização na cidade do Rio de Janeiro sinaliza um momento histórico específico de seu desenvolvimento territorial, marcado por profundas metamorfoses no espaço e na maneira como nos relacionamos com ele. Como observado em outras metrópoles mundo afora, tais transformações vão além da morfologia da paisagem, e nos apontam novos sentidos para a reprodução das relações sociais (LENCIONI, 2017). Em larga escala, a espacialidade das práticas cotidianas se redefine a partir de outros ritmos, significados e “maneiras de fazer” nas cidades. Atualizando também as formas de comunitarismo que se manifestam nos variados contextos do cotidiano urbano-metropolitano.

No âmbito de uma economia extremamente financeirizada e de uma política neoliberal, nos anos recentes a metrópole carioca tornou-se lócus privilegiado do urbanismo de viés empresarial, baseado na privatização de espaços, empresas e serviços como um método fundamental de gestão (VAINER, 2012). Nesse contexto, a urbe é modernizada de um modo privatista, no qual a extensão da privação social através da forma jurídica da propriedade privada do solo reconfigura os usos e redefine o acesso aos lugares da cidade, pontuando uma diferenciação hierárquica entre os indivíduos (CARLOS, 2011).

Neste modelo gerencial de cidade dos negócios, a racionalidade estratégica e privatista dos atores hegemônicos que planejam e decidem os rumos do território acelerou o processo de redução do espaço público, tal qual uma tendência geral na cidade. O espaço privatizado ganha protagonismo e se torna uma realidade latente, na medida em que os espaços abertos de encontro e comunhão se constituem como raridade, e assumem um significado crítico sob o ordenamento do Estado. Diante deste movimento, grande parte da cidade do Rio se encontra hoje fechada, repleta de muros, grades e cancelas com guaritas de seguranças terceirizados em cada esquina. Novas condições desiguais de sociabilidade se instauram no cotidiano da metrópole e nos apontam um horizonte segregado para a realização das práticas espaciais.

Diante da erosão dos espaços públicos, a cultura popular já não emana mais da troca social que se constrói nas ruas e praças, mas de um projeto econômico que se difunde globalmente e se impõe de cima para baixo. É o ritmo do capital financeiro que dita o ritmo de muitos dos sonhos, vontades, paixões, hábitos e costumes dos cidadãos ordinários. Assim, a crise da vida cotidiana da metrópole contemporânea é demarcada pelo caráter profundamente alienante da vida forjada por determinações do capital financeiro: a produtividade acima do bem-estar, o valor de troca acima do valor de uso, o individualismo acima da cooperação, o privado acima do público.

Logo, nestes tempos de contenção e desengajamento social, referimo-nos à vivência de um cotidiano banalizado, que se problematiza ao evidenciar a crescente fragmentação e hierarquização dos projetos de vida na metrópole (BAUMAN, 2003; HAESBAERT, 2014). Em meio a tantos muros e câmeras de vigilância, o cidadão ordinário que vive apressado e repleto de necessidades individuais já não consegue ou sequer pretende valorizar a consciência coletiva em suas ações cotidianas. Desta forma, o carioca desengajado e enclausurado em espaços fechados (de acesso restrito), forja suas identidades e laços de amizade no âmbito privado da vida cotidiana.

No entanto, é fundamental reconhecer que na vida cotidiana da metrópole carioca também há resistências e insurgências à reprodução do espaço hegemônico. Frente aos planos estratégicos dos governantes e aos imperativos econômicos dos capitalistas desta cidade, tais mobilizações sociais adquirem corporeidade e copresença, oferecendo resistência territorial aos

projetos dominantes num movimento de retorno à rua e à praça (RIBEIRO, 2003). São centenas de coletivos, ativismos e mobilizações comunitárias que atualmente promovem o uso e a ocupação dos espaços públicos da cidade e que estão na luta por uma produção do espaço mais justa e libertária. A ação comunitária destes grupos prova que ainda existem algumas dimensões da nossa relação com o Outro que não são passíveis de ser mercadificadas.

Por outro lado, cabe lembrar que nem toda forma de comunitarismo serve à emancipação social e nem toda política coletiva é transformadora por si só. Sob esta perspectiva, também é necessário notar que outros arranjos de comunidade tem se fortalecido no Rio de Janeiro, especialmente nos espaços fechados da cidade: as comunidades condominiais, por exemplo.

Desse modo, a ação comunitária assume novos conteúdos de troca social e se constrói sob novos sentidos na atualidade da vida cotidiana. As atuais formas de comunitarismo que estão em jogo no cotidiano carioca estão ancoradas em sentidos muito distintos de ação comunitária, mas todos eles amplamente mediados pelo ordenamento do Estado e pela ampliação, intensiva e extensiva, da propriedade privada como um paradigma social. Assim, a atualidade da metrópole contemporânea aponta para uma condição espacial renovada e desafiadora, na qual os grupos sociais se desenvolvem não somente de maneira desigual e combinada, mas em que a própria ação social se encontra massivamente incorporada à lógica e às representações da gestão corporativa do espaço urbano-metropolitano.

Portanto, cabe aqui questionar quais os sentidos da ação comunitária no desenrolar da vida cotidiana na cidade do Rio de Janeiro. Quando o comunitarismo é conveniente à reprodução da ordem espacial hegemônica e quando o comunitarismo se apresenta como via concreta para a autonomia e a emancipação social? Como diferenciar tais contextos e momentos?

A ação comunitária ao encontro e de encontro à ordem espacial hegemônica:

Considerando a reflexão realizada até aqui, pretendemos abordar algumas das principais tensões e contradições que se instauram entre as variadas formas de comunitarismo presentes no cotidiano urbano-metropolitano. Assim,

à luz das questões que serão levantadas a seguir, busca-se iluminar a problemática espacial que gira em torno dos diferentes sentidos da ação comunitária que existem hoje na cidade do Rio de Janeiro.

De maneira sintética, dois tipos muito opostos de comunidades estão em foco nesta análise da vida cotidiana da metrópole: as comunidades abertas e as comunidades fechadas. Enquanto estas estão pautadas no direito da propriedade privada e se mobilizam no sentido de restringir ao máximo a interação social, aquelas atuam em direção ao compartilhamento da obra social e lutam pelo direito à produção de um espaço outro. Ou seja, se por um lado, as comunidades fechadas negam o Outro da cidade e estão majoritariamente alinhadas com as estruturas de poder da ordem espacial hegemônica, por outro lado, as comunidades abertas apresentam variadas táticas de resistência às estratégias dominantes e se apropriam dos espaços públicos colaborando para a emancipação coletiva na cidade.

A ação comunitária entre o público e o privado:

Ao considerarmos o redimensionamento do paradigma da propriedade privada na metrópole contemporânea – na qual os espaços privados ganham progressiva centralidade para a reprodução da vida social, enquanto que o espaço público se esvai de sentido coletivo e passa a ser gerido de maneira privatista – torna-se necessário refletir sobre os diferentes sentidos da ação comunitária entre o público e o privado. Deste modo, cabe aqui questionar quais condicionantes espaciais motivaram a forma de comunitarismo que se engendrou nos espaços privados da cidade, bem como as que motivaram outro tipo de comunitarismo que também ganha força e ainda resiste através da apropriação coletiva espaços públicos da cidade.

No contexto privado, temos as comunidades forjadas nos condomínios exclusivos, nas associações de moradores de bairros, nos clubes privados e até mesmo nos shopping centers. São arranjos coletivos que geralmente se organizam em espaços fechados e que se apoiam no direito jurídico da propriedade privada. Isto é, os vínculos que estabelecem entre si se dão em função da defesa da propriedade privada e as suas mobilizações se

caracterizam pela elaboração de políticas de (in)segurança social, que se na prática se traduzem na vigilância e no controle territorial do Outro.

Bauman (2003) define estas comunidades enclausuradas como “simulacros de comunidade”, nos quais o espírito comunitário é demasiadamente superficial e os laços de comunhão mais genuínos são escassos. Estes grupos fechados são compostos de semelhantes que não aceitam a diferença, que não suportam o estranhamento causado pelo olhar do Outro e que, por isso, precisam se unir atrás de muros, cancelas e seguranças privados.

Neste meios de privação e contenção territorial, as posturas individualistas dentro da comunidade são muito frequentes, o que muitas vezes fragilizam as relações recíprocas de fraternidade e respeito entre os integrantes da próprio grupo. Nos condomínios exclusivos são muitos os vizinhos de porta que não se falam ou até mesmo nem se conhecem, nos clubes e shoppings são muitos os que se veem todo dia mas não se cumprimentam ou trocam palavras. Mesmo nas associações de moradores, nas quais o interesse coletivo supostamente deveria girar em torno do bem comum do bairro, os grupos mais discutem medidas de restrição à interação social e combate aos pobres do que qualquer outra coisa.

Deste modo, o que une estes grupos é justamente a negação do Outro na experiência da vida cotidiana, bem como, a defesa pelas propriedades conquistadas ou herdadas ao longo da vida e o medo de se misturar com sujeitos sociais diferentes de seus padrões de consumo. Na realidade, o comunitarismo que aflora nestes espaços coletivos fechados por diversas vezes assume a forma de um localismo territorial. Nesse sentido, estas comunidades localistas se mobilizam em direção à privação social e à privatização espacial, erguendo diversas barreiras à participação de qualquer um que não seja membro do grupo.

Por outro lado, no momento presente da vida cotidiana na metrópole carioca também existem centenas de experiências coletivas de apropriação do espaço público, que resistem à opressão do ordenamento estatal e aos imperativos econômicos do capital financeiro-imobiliário ao reivindicar o direito ao pleno uso e ocupação da cidade. Estas comunidades que insurgem contra a ordem espacial hegemônica geralmente não possuem um ponto fixo no

território, mas exercem a apropriação comunitária do espaço público durante períodos determinados de tempo. Referimos-nos aos coletivos de arte de rua, às rodas de rima, aos saraus de poesia, aos blocos de carnaval de rua, às hortas urbanas comunitárias, às feiras de trocas e outras iniciativas comunitárias que se realizam nos espaços abertos do Rio de Janeiro.

Em geral, estas comunidades representam um contraponto à ordem espacial hegemônica, pois contestam a atual condição residual e privatizada do espaço público na metrópole. Nessa direção, tais grupos se fazem presentes nas várias ruas, praças e terrenos baldios da urbe, mobilizando políticas de abertura destes espaços ao Outro da cidade. Assim, nos diferentes momentos do cotidiano, estes arranjos comunitários atuam em diferentes ritmos de ação e com diferentes propósitos (a festa, o cultivo, o debate, a arte, etc.), mas sempre no sentido de aumentar a participação social na transformação do espaço público.

Logo, o nexu aglutinador que une os membros dessas comunidades abertas gira em torno da busca pela participação coletiva na produção de um espaço outro, com outro sentido daquele que é vivenciado todos os dias de forma rotineira e programada na cidade. Por isso, estas formas de apropriação do espaço público são mobilizações que almejam transformá-lo, nem que seja apenas por um momento do dia, num espaço mais diverso e inclusivo. De forma geral, estes coletivos apresentam uma astúcia territorial impressionante, engendrando inúmeras táticas de ação transformadoras do espaço, agindo de maneira desviante, nas brechas e fissuras da reprodução sistêmica (CERTEAU, 1998).

Assim, entre a busca por segurança e a busca por liberdade as comunidades dos espaços privados e dos espaços públicos da metrópole carioca apresentam muitas assimetrias entre si. Baseadas em tipos de comunitarismo opostos, cada uma destas comunidades engendram ações que, em diferentes medidas, disputam para construir um sentido de cidade. O confronto entre seus projetos de mundo já está em curso na vida cotidiana e se encontra profundamente relacionado à estrutura espacial da metrópole corporativa, onde a produtividade e o crescimento da economia são preponderantes à dimensão da vida social.

A ação comunitária entre a urgência e a utopia:

Por fim, seria interessante pensar os sentidos da ação comunitária dentro dos marcos da tensão dialética entre a urgência e a utopia na vida cotidiana da metrópole contemporânea. Entre o cotidiano programado e o cotidiano transformador, percebe-se que a ação comunitária pode apresentar diferentes finalidades no cotidiano.

Nesta leitura, as urgências sociais estão relacionadas à reivindicação dos direitos básicos que constam na constituição (a moradia, o trabalho, alimentação, educação etc.), se manifestando nas mobilizações dos grupos sociais que lutam pelo direito a ter estes direitos garantidos e que resistem à perda destes direitos. Dessa maneira, no âmbito da urgência, as comunidades lutam pelo direito de acessar e participar do espaço tal como ele é, isto é, sob a mesma estrutura social, porém a partir de uma inserção mais justa e digna dentro da organização espacial hegemônica que está posta.

Nesse sentido, as mobilizações que se realizam no plano das urgências geralmente se inserem em contextos de “democracia de baixa intensidade” (SANTOS, 2007), pois agem sem questionar as raízes da dominação espacial ou confrontar as estruturas de poder propriamente ditas. A ação comunitária que se encaixa neste quadro não busca transformar o estado atual da cidade, mas sim lutar pela justiça espacial e pelo direito de usufruir das oportunidades pré-estabelecidas pelos atores hegemônicos da sociedade, que realmente comandam as regras do jogo.

Já no plano das utopias, que estão relacionadas à emancipação social, as comunidades lutam pela conquista da autonomia espacial, ou melhor, pelo direito de produzir o espaço a partir de outros códigos e projetos. Nesta dimensão, os grupos buscam produzir um espaço outro, através do questionamento do espaço reproduzido pelas estratégias estatais e empresariais. Em geral, a ação comunitária que se realiza no âmbito da utopia contém em si um projeto de “democracia de alta intensidade”, pois não aceita as regras que foram estabelecidas de cima para baixo (SANTOS, 2007). Na realidade, se opõe a elas a partir de outras propostas de cidade e lutam para tornar este projeto impossível possível.

Dessa maneira, a dimensão da utopia se constitui na luta pelo direito de participar significativamente e de forma efetiva na produção do espaço. Assim, enquanto a utopia está ligada aos movimentos de insurgência e rebeldia social – ao levante da população em direção à transformação radical da atual condição espacial da metrópole – a urgência está diretamente ligada à justiça social, à defesa dos direitos básicos e à luta pela manutenção dos direitos conquistados. Tanto a ação comunitária urgente quanto a ação comunitária utópica buscam um horizonte de mudança na vida social, no entanto, enquanto uma requer reformas a outra busca revoluções.

Desse jeito, é interessante perceber que as urgências e as utopias estão intrinsicamente ligadas na experiência do cotidiano urbano-metropolitano. Nas diferentes situações da vida social se torna difícil e delicado separar tais horizontes da ação comunitária, pois os limites entre uma aflição do presente e um sonho de futuro nem sempre são tão claros como pensamos. Pois bem, como separar o possível do impossível? Tais horizontes se constroem de forma simultânea e complementar nos diversos momentos da vida cotidiana. O sujeito que resiste é o mesmo que sonha. Por vezes, a luta comunitária por um direito básico como a moradia envolve muitas utopias, assim como o processo de elaboração de um projeto revolucionário de uma comunidade pode se encontrar pautado pela satisfação das suas urgências.

Portanto, entre urgências e utopias, os arranjos comunitários da metrópole distinguem suas ações entre horizontes que caminham desde os contextos de luta pela sobrevivência até aqueles de ensaios por uma vivência outra. Evidentemente, justiça e liberdade são termos que caminham juntos no processo de transformação da vida cotidiana. Ambos se complementam na luta pelo direito a uma produção do espaço verdadeiramente democrática e participativa.

Referencias bibliográficas:

ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** – 7. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual.** Rio de Janeiro, Zahar, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. 9ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. **Espaço-Tempo da Vida Cotidiana na MetrÓpole**. São Paulo: Labur Edições, 2ª edição, 2017.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes do fazer, Petrópolis, Vozes, 3ª edição, 1998.

FERREIRA, Alvaro. **A imagem virtual transformada em paisagem e o desejo de esconder as tensões do espaço**: por que falar em agentes, atores e mobilizações? In: FERREIRA, Alvaro, RUA, João, MARAFON, Glaucio José, SILVA, Augusto César P. da (Org.). **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais**. Rio de Janeiro: Consequência, 2013, p.53-74.

_____. **Produção alienadora da cidade e indícios de insurgência**: materialização, substrução e projeção. In: FERREIRA, Alvaro, RUA, João, MATTOS, Regina Célia de (Org.). **O espaço e a metropolização: cotidiano e ação**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. p. 91-120.

HAESBAERT, R. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção**. – 1 ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História**. 10 ed. Rio de Janeiro: paz e terra, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

_____. **Critique of everyday life**. Vol. 1. London: Verso, 1991 (1947).

_____. **Critique of everyday life**. Vol. 2. London: Verso, 2002 (1961)

LENCIONI, S. **MetrÓpole, metropolização e regionalização**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MORALES, Nelson. Filosofía de lo cotidiano y el ritmanálisis. **Fermentum**, año 11, n. 32, set-dez, 2001, p. 515-524, Mérida, Venezuela.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Por uma Sociologia do presente: ação, técnica e espaço**. Volume 4. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

_____. Sociabilidade, hoje: leitura da experiência urbana. **Caderno CRH**, Salvador, v. 18, n. 45, p. 411-422, set-dez. 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.